



INCORPORAÇÃO DA AMAZÔNIA AO DOMÍNIO PORTUGUÊS

José Batista de Queiroz

O autor é Major da Arma de Infantaria. Cursa presentemente a Escola de Comando e Estado-Maior de Exército.

Antes da descoberta do Brasil, Portugal e Espanha firmaram o Tratado de Tordesilhas (1494), dividindo as terras descobertas e por descobrir em áreas de influência, separadas por um meridiano que cortaria o Brasil de Belém a Laguna. Desse modo, todo o vale amazônico e a maior parte do Planalto Central brasileiro pertenceriam à Espanha, enquanto a área sob a influência lusa se limitaria a uma estreita faixa costeira.

Em 1822, a linha tordesilhana já estava rompida e o domínio lusitano alcançava os rebordos andinos. O vale já se encontrava incorporado, de direito e de fato, ao território colonial português. Essa expansão não foi natural e aleatória, mas decorrente de uma política estabelecida por Portugal. Enquanto no centro da colônia a expansão territorial teve um caráter predominantemente privado e resultou de estímulos econômicos (bandeirismo), no extremo norte ela foi oficial e incorporou fatores de ordem política, econômica, psicossocial e militar. Estimulados por Lisboa, os luso-brasileiros, em número reduzido, estabeleceram uma base de apoio em Belém e se ramificaram pelo vale, enfrentando uma natureza hostil, um gentio rebelde e um agressor feroz. Enquanto isso, trabalhava a diplomacia lusa, firmando tratados com a Espanha e a França, que lhe garantissem a posse. E, assim, ao término do período colonial, a Amazônia se encontrava incorporada de modo irreversível à base física do domínio lusitano.

Posse da Amazônia pelos Portugueses

A posse é caracterizada pela aplicação de instrumentos jurídicos, firmados por Portugal para delimitar sua área territorial na América. Ela resulta, portanto, de

atos políticos, praticados pelo governo português, e de fatos executados por luso-brasileiros, dos quais se serviria a diplomacia lusitana para reivindicar a incorporação de territórios ao seu domínio colonial.

Criação do Estado do Maranhão

Logo após a expulsão dos franceses do Maranhão (1615), o rei da Espanha, que também era rei de Portugal, determinou a criação, no norte, de um Estado autônomo, separado do Estado do Brasil, devido às dificuldades de ligação da área com Salvador. Concretizado em 1621, o novo Estado Colonial se estendia ao norte até o rio Oiapoque, ao sul até o São Francisco e a oeste o limite seria fixado mais tarde por Pedro Teixeira. Abrangeria, de modo geral, os atuais Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e os territórios de Roraima e do Amapá. Criado durante a união das Coroas ibéricas, sua estrutura político-administrativa era portuguesa e abrangia territórios que, de acordo com os tratados anteriores, pertenciam à Espanha. Era a primeira violação jurídica do Tratado de Tordesilhas. Com a restauração de Portugal (1640), a fronteira tordesilhana voltava a vigorar, mas os portugueses já tinham adquirido o direito de posse sobre o território abrangido pelo Estado do Maranhão.

Criação da Capitania do Cabo Norte

A carta régia de 1624, que nomeou o novo Governador do Estado, autorizou a criação de capitanias. Pressionado pela presença de estrangeiros no vale amazônico, o Governador do Estado do Maranhão, atendendo a sugestão de Bento Maciel Parente, criou a Capitania do Cabo Norte, doando-a a esse português. Seus limites ao sul eram o próprio estuário e ao norte o rio Oiapoque. Assim, o Governador do Maranhão, agindo em nome do rei da Espanha, criava uma Capitania em terra de domínio espanhol, mas em benefício de Portugal, pois era doada a um português, e sua ocupação seria feita por luso-brasileiros. Esse ato político, depois da restauração portuguesa, seria mais um instrumento jurídico a ser invocado pela diplomacia lusa para invalidar a fronteira tordesilhana, deslocando os limites.

Marco Fixado por Pedro Teixeira

Durante a união das Coroas ibéricas (1580-1640), o Tratado de 1494 estava ab-rogado, não havendo, portanto, impedimento legal que restringisse o movimento de portugueses e espanhóis. Estes já haviam descido o Amazonas e atingido a tafoz, através das expedições de Francisco Orellana (1539) e de Pero de Ursua (1561). Aqueles fixaram-se no estuário e pensaram em estabelecer um fluxo comercial com o Peru, transformando Belém em porto controlador desse comércio. Para isso, o Governo do Grão-Pará determinou a Pedro Teixeira que reconhecesse o rio Amazonas. Em 1637 ele chegou a Quito, onde foi recebido com festas e honrarias. No

gresso, ao atingir a confluência do Aguarico com o Napo, fundou o núcleo de Franciscana, em nome de Portugal, e ainda lavrou uma ata de fundação, assinada por missionários e militares espanhóis que o acompanhavam. Estava assim plantado, junto às fraldas andinas, o marco da soberania lusa. A Ata seria, após a restauração de Portugal, mais um diploma político que dava aos portugueses o direito de posse à Amazônia.

Tratado de 1668

Em 1640 ocorreu a Restauração portuguesa, levando à guerra os dois vizinhos ibéricos. Em 1668, assinaram um Tratado de Paz, no qual os espanhóis reconheciam como portuguesas todas as conquistas realizadas durante a união. Nessa época, os luso-brasileiros já tinham conquistado e colonizado grande parte da Amazônia. Assim, esse Tratado, embora não fosse de limites, reconhecia praticamente o deslocamento da fronteira lusitana e a invalidade da linha de Tordesilhas, sendo invocado por Portugal como estatuto político que lhe dava direito de posse sobre o grande vale.

Tratado de Utrecht (1713-1715) e Convenção de Paris (1815)

Nem portugueses nem espanhóis sabiam ao certo a quem pertenciam as terras situadas ao norte do estuário amazônico. Os franceses foram os primeiros a construir feitorias e casas-fortes, e os mais pretensiosos na sua posse, mas acabaram sendo expulsos pelos portugueses. No início do século XVIII, reconheceram a soberania lusitana no Tratado de Utrecht, abdicando de qualquer pretensão sobre as terras da Capitania do Cabo Norte. Segundo o Art. VIII do referido Tratado, o limite seria o rio Oiapoque ou Vicente Pinzon. Reconhecido também pela Espanha, esse Tratado dava aos portugueses o direito de posse sobre as terras do atual Território do Amapá. Mas os franceses continuaram insistindo no deslocamento da fronteira para o sul, alegando que o Oiapoque e o Vicente Pinzon eram rios diferentes. Realizaram várias incursões de caráter militar e religioso, visando a sua ocupação. Pelo Tratado de Badajós (1801), entre França e Espanha, o limite foi deslocado para a linha de Araguari. Com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, D. João denunciou todos os tratados feitos com a Espanha e a França, e determinou a invasão da Guiana Francesa. Pela Convenção de Paris (1815), Portugal devolveu Caiena mas o limite voltou para o rio Oiapoque. Estava, assim, mais uma vez, garantida a posse portuguesa ao norte do estuário.

Tratados de 1750 a 1777

Reconhecendo a invalidade do limite tordesilhano, portugueses e espanhóis firmaram o Tratado de Madri (1750), definindo novas linhas limítrofes para seus domínios na América. No que interessa à parte amazônica, esses limites, em linhas gerais, desciam pelo rio Javari, subiam pelo Japurá e resguardavam os estabeleci-

mentos militares portugueses, existentes no alto Rio Branco. Anulado pelo Tratado de El Pardo (1761), voltou a revigorar o de Tordesilhas, mas em 1777 Portugal e Espanha firmaram um outro Tratado (Santo Ildefonso), estabelecendo a mesma linha divisória descrita no Tratado de Madri. Mais uma vez, a Espanha reconhecia a soberania portuguesa sobre o vale amazônico.

Ocupação da Amazônia pelos Portugueses

Esse foi um outro feito que muito contribuiu para que Portugal tivesse o direito de posse àquele imenso vale. Os espanhóis, na verdade, não se interessaram por sua ocupação. Estavam preocupados com outras áreas mais rentáveis. Os portugueses, ao contrário, dominando a porta de entrada da grande bacia (Forte do Presépio) e dispondo de uma extensa e navegável rede hidrográfica, lançaram-se à conquista. Catequizaram o indígena, expulsaram o invasor, fundaram núcleos e construíram fortes. Era a ocupação em marcha. Para consolidar a soberania, bastava invocar o instituto do "uti possidetis" nas negociações diplomáticas. Graças a essa ocupação cada vez mais profunda e efetiva, os portugueses garantiram a posse da Amazônia.

Ocupação Efetiva da Amazônia pelos Portugueses

Após termos estudado como os lusitanos adquiriram o direito de posse sobre a Amazônia, vamos agora apreciar os elementos que contribuíram para a sua ocupação efetiva. Enquanto a posse decorre da existência de instrumentos políticos e jurídicos, a ocupação se relaciona com a presença do homem no meio físico, com a sua fixação no território.

União das Coroas Ibéricas (1580-1640)

Diante da crise na sucessão portuguesa, em 1580, Portugal e Espanha acabaram se unindo sob a mesma Coroa. Essa união ab-rogou os limites existentes entre seus domínios, proporcionando ampla liberdade de movimento aos espanhóis e portugueses. Estes, que antes não rompiam a linha de Tordesilhas para não ter atrito com a Espanha, passaram a realizar penetrações cada vez mais profundas. No extremo norte, favorecidos pela rede fluvial, chegaram aos contornos periféricos da bacia, espalhando núcleos, fundando vilas e evangelizando o gentio. Após a restauração, em todo o vale havia sinais vivos de cultura portuguesa. Não fosse essa feliz e oportuna união, talvez os lusitanos tivessem respeitado o limite de 1494 e não ocupado sem aquele território, até então sem dono.

Fundação de Belém (1616)

Logo após a expulsão dos franceses do Maranhão (1615), seguiu para a Amazônia a expedição de Francisco Caldeira Castelo Branco com a finalidade de

repelir os estrangeiros. Chegando ao estuário, fundou o forte de Presépio (1616). Era o início da ocupação e da história da Amazônia. Localizado estrategicamente na sua porta de entrada, aquele núcleo passou a constituir o pulmão geográfico de toda a bacia. As penetrações sertanistas, missionárias e militares partiam, na sua maioria, de Belém. Não fosse a existência daquela base de apoio situada no estuário, talvez os luso-brasileiros não tivessem levado os marcos de sua presença até o coração da selva. Por esta razão, a fundação de Belém foi de fundamental importância para a ocupação efetiva do extremo norte por parte dos portugueses.

Desinteresse Espanhol pela Área

A política espanhola para com as suas Colônias era a de auferir lucros máximos no mínimo de tempo. E logo no início da colonização, encontraram ricas minas de ouro e prata no México e Peru. Por isso, se aferraram a essas áreas, desinteressando-se por aquelas que não apresentavam perspectivas de lucros imediatos. A inexistência de estímulos econômicos, aliada às dificuldades de acesso, fez com que a Espanha relegasse a ocupação da Amazônia a um plano secundário. Os portugueses, por outro lado, movidos por objetivos políticos, estimulados por Lisboa, contando com um núcleo de apoio plantado no estuário e ainda tendo à sua disposição uma rede fluvial penetrante, anteciparam-se aos espanhóis na exploração e ocupação. Tivessem estes criado organizações administrativas e estabelecido núcleos humanos antes dos lusitanos, talvez Portugal não se aventurasse a ocupar a Amazônia.

A Rede Hidrográfica

Os rios sempre representaram os caminhos históricos das penetrações. No extremo norte, correndo de oeste para este e convergindo no Atlântico, o Amazonas constitui a espinha dorsal de uma ampla e inigualável rede fluvial, cuja navegabilidade alcança os Andes e o Planalto Central. Esses caminhos líquidos eram a única via por onde o colonizador poderia romper aquela floresta densa e impenetrável.

Os espanhóis, sediados no norte e a oeste, tinham dificuldades em descer os rios amazônicos, por causa das corredeiras existentes no início de seu curso. Os portugueses, ao contrário, tendo o completo domínio da foz, foram levados a buscar também o domínio das cabeceiras. Esse desejo se acentuou ainda mais após a viagem de Raposo Tavares que, subindo o Paraguai e alcançando o Amazonas, revelou a existência de uma via fluvial interior, que delimitava uma grande unidade geográfica. Utilizando o indígena como guia e remeiro, o colonizador português percorreu toda a bacia, espalhando núcleos ao longo dos rios.

Não fosse a existência dessa hidrografia rica, penetrante e ramificada, possibilitando ampla transitabilidade e interligação com outras bacias, o português não teria ocupado a Amazônia na dimensão em que o fez. Daí uma das razões pelas quais o nosso país é mais largo no norte do que no sul.

Reação à Invasão Estrangeira

Antes de Portugal e Espanha se interessarem efetivamente pela Amazônia, outras nações européias, que não tinham sido aquinhoadas com a partição de Tor-desilhas, começaram a ocupá-la, estabelecendo feitorias e construindo fortes, tanto no litoral como no interior. Ingleses e holandeses, desde o século XVI, estavam se instalando no baixo e médio Amazonas. A eles se juntaram também os franceses, particularmente após serem expulsos do Maranhão (1615). A Inglaterra e a França chegaram a fazer doações de terras ao sul do Oiapoque. Companhias de Comércio, estabelecidas em Londres e Amsterdã, exploravam a região. Essa infiltração européia ameaçava a soberania luso-espanhola no extremo norte. O rei Felipe IV da Espanha, diante da impossibilidade de deslocar suas forças estacionadas na Venezuela e no Peru, incumbiu os luso-brasileiros de expulsarem os invasores. Francisco Caldeira Castelo Branco iniciou, em 1616, a reação militar. Depois de fundar Belém, enviou expedições para o norte e o interior, comandadas por Bento Maciel Parente e Pedro Teixeira. Essa luta contra o europeu e o seu aliado indígena durou quase 30 anos e levou o português a reconhecer e conquistar a Amazônia. Durante essa ação militar, eles ergueram fortes no litoral e em pontos estratégicos dos principais rios. Posteriormente, Pombal completou a rede de fortificações na periferia norte e oeste. Esses fortes não representaram, na verdade, simples estabelecimentos militares, mas núcleos de colonização, que se transformaram em vilas e povoados, materializando a presença lusitana na bacia. Assim, o combate à infiltração européia criou condições para que os portugueses penetrassem na Amazônia e nela se fixassem, fundando os primeiros marcos colonizadores e iniciando a sua ocupação efetiva.

Criação de Organismos Administrativos na Área

Já vimos que, após a fundação de Belém, Portugal enviou grupos colonizadores para o estuário amazônico. Não tendo essa política alcançado bons resultados, e diante da difícil situação de Portugal na Europa, a solução foi o estabelecimento de Capitânicas. Como ato político, a criação da Capitania do Cabo Norte contribuiu para a posse, mas, como medida administrativa, estimulou a ocupação. Seu capitão-donatário levou para suas terras grupos de colonos e missionários, com a finalidade de povoá-las para neutralizar a infiltração estrangeira. Eles fundaram os primeiros núcleos e fazendas agrícolas.

Em meados do século XVII, quando foi instituído o Estado do Grão-Pará e Maranhão, e transferida a sede de São Luís para Belém, o extremo norte recebeu novo impulso colonizador, atraindo fluxos de imigrantes brancos. Já em meados do século XVIII, durante a fase pombalina, foi criada a Capitania de São José do Rio Negro (1755), origem do atual Estado do Amazonas. Seu Governador, apoiado por Pombal, adotou várias medidas visando o povoamento e o desenvolvimento da Amazônia.

A criação de todos esses organismos administrativos no extremo norte favoreceu a introdução de colonos e a ocupação efetiva da região por parte dos portugueses.

Ação Missionária

Quando Francisco Caldeira Castelo Branco chegou à Amazônia para iniciar a conquista, não levou religiosos em sua expedição. Mas sentiu que era indispensável a sua colaboração, pois os grupos indígenas, influenciados pelo europeu, apresentavam sinais de rebeldia contra o português. No começo do século XVII (1617) chegaram os primeiros missionários, representados pelos franciscanos da Província de Santo Antonio. A eles se juntaram os jesuítas, já em meados do século. Sua missão era aldear, domesticar e evangelizar aquela população nativa, espalhada pela planície e avaliada em 6 milhões de índios. A primeira tentativa foi atraí-los para o litoral, mas, diante do fracasso, os religiosos adentraram a selva, indo ao seu encontro. Não foram recebidos de braços abertos e muitos pagaram com a sua vida. Mas, graças ao seu trabalho incessante, conseguiram amansar o bugre e estabelecer nucleamentos ao longo dos rios, orientando o índio para atividades agrícolas e extrativas. Com isso, o nativo adquiriu características mais sedentárias, abandonando seu nomadismo habitual. Era o início de uma ocupação mais estável e efetiva. Esses núcleos missionários espalhavam-se por toda a planície e reuniam grupos indígenas cada vez mais numerosos, que a eles se dirigiam em busca de proteção contra o colono violento, arbitrário e escravizador. Tais missões religiosas foram a origem de vilas e povoados, nelas o missionário não apenas catequizava mas também ministrava o ensino e organizava o trabalho. A cruz e a espada foram as forças que garantiram a fixação do homem na Amazônia. O missionário nucleou e lusitanizou o indígena, dando estabilidade à ocupação e, através do ensino, plasmou uma unidade cultural na planície.

Atividade Mercantil das "Drogas do Sertão"

O comércio das especiarias do Oriente estava se tornando cada vez mais difícil. As "drogas do Amazonas", como cacau, canela e raízes aromáticas, passaram a ser enviadas para a Europa, sendo comercializadas ao mesmo nível das especiarias orientais. Com o aumento de sua procura, houve a corrida à floresta. Nem os missionários ficaram insensíveis a essa atividade. O índio, como elemento conhecedor da selva, era o mais apto para a coleta de drogas. Os postos missionários se transformaram em bases de apoio e de comércio para os droguistas. Essa febre pelas "drogas do sertão" levou os sertanistas a fundarem feitorias e deu origem à instalação de estabelecimentos fabris e estaleiros, ao longo do rio Amazonas. Nos estaleiros o trabalho era tão intenso que às vezes se prolongava pela noite adentro. Novos fluxos migratórios acorreram para a região. Era o fator econômico conduzindo o homem para a Amazônia, gerando núcleos colonizadores e interiorizando o reconhecimento e a ocupação.

Ação Bandeirante

A contribuição dos bandeirantes para a ocupação da Amazônia foi mais indireta do que direta. Pressionadas no centro-oeste, muitas tribos indígenas refugiaram-se para o norte, onde também encontraram a violência do colonizador.

A sociedade do extremo norte era pobre e, por isto, a importação de escravos se tornava antieconômica. A falta de mão-de-obra disponível levou o colonizador a escravizar o bugre, existente em abundância e apto para a atividade econômica desenvolvida.

Para se proteger contra as tropas de resgate, o índio buscou proteção nas missões religiosas, onde era nucleado pelos missionários. Tais nucleamentos indígenas se transformaram em núcleos embrionários de várias cidades e vilas. E foi assim que a ação bandeirante teve repercussões na ocupação da Amazônia pelos portugueses.

Conclusões

Na incorporação da Amazônia ao domínio colonial português, há aspectos distintos, relacionados com a posse e a ocupação. A posse tem um caráter político, relacionando-se com Tratados e Acordos firmados entre Portugal e Espanha; a ocupação se refere, por sua vez, com a presença humana na área.

No extremo-norte, o deslocamento da fronteira teve um caráter oficial e foi realizado por uma sociedade pobre e pequena. O Governo de Lisboa estimulou, em todas as ocasiões, o rompimento da linha tordesilhana, com a finalidade de restabelecer a unidade física, violentada pelo Tratado de 1494.

Nessa tarefa de empurrar os limites até o rebordos norte e oeste da grande bacia, identificamos aspectos de natureza política, como os Tratados, a criação de organismos políticos-administrativos, a fundação de Belém como base de apoio, a união das Coroas ibéricas e o desinteresse espanhol por seu povoamento; encontramos elementos econômicos, como o comércio das "drogas do sertão", interiorizando o povoamento; e ainda fatores de ordem psicossocial, como a ação dos missionários, nucleando e catequizando as tribos indígenas. Como fatores militares que contribuíram para a incorporação daquele grande vale ao domínio português, podemos mencionar a ação dos bandeirantes e a reação luso-brasileira à penetração estrangeira. Entretanto, todos estes fatores foram condicionados pela existência de uma hidrografia favorável, tanto em direção como em extensão e navegabilidade, atraindo o colonizador lusitano para o interior do continente.

O rio Amazonas arranca do planalto andino as águas que formam a sua massa líquida. Tal centripetismo hidrográfico, no entanto, não conseguiu arrastar o espanhol para o estuário. A floresta neutralizou sua coragem, as correntezas impediram seu movimento e as riquezas cegaram suas vistas. E disso se aproveitou o português para lançar o malfadado Meridiano de Tordesilhas nas vertentes andinas.

Não fosse a muralha dos Andes, ele o teria atirado nas águas do Pacífico, realizando a maior obra de conquista e colonização de toda a história.

No centro-oeste, o estímulo econômico das minas de ouro levou o bandeirante a se debruçar na linha fluvial do Paraguai; no extremo-norte, o fator político empurrou a visão portuguesa para as fraldas andinas. Essas duas forças, atuando simultaneamente em espaços diferentes, permitiram a Portugal dominar uma base física homogênea e apoiada em acidentes naturais. A incorporação da Amazônia ao território colonial lusitano não representou uma simples expansão de limites, mas o pleno domínio da principal via de penetração da América do Sul, verdadeira porta de entrada e respiradouro geográfico do continente.